O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

DESAFIO NA GESTÃO DA AGROPECUÁRIA NA SAFRA 2015/16

O GOVERNO anunciou o Programa de Investimento em Logística, em 9 de junho último, que prevê o investimento de R$ 198,4 bilhões em infraestrutura; estima-se que R$ 69,2 bilhões serão investidos entre 2015 e 2018. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os objetivos desejados são aumentar a produtividade via modernização da infraestrutura do País e contribuir para a retomada do crescimento econômico. Embora o Programa aponte na direção correta, seu impacto na atividade econômica no curto prazo será muito pequeno. A tarefa de retomar o crescimento sustentado não passa apenas pelo ajuste fiscal, mas também por uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia.

Enquanto isso, no contexto do ajuste fiscal, o governo federal anunciou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16, com redução no volume de recursos e aumento da taxa de juros para o crédito rural. Tanto no crédito para custeio, como naquele para investimento, o Governo aumentou o montante do crédito a taxa livre de mercado, com custo mais elevado.

Para financiar os custos da produção, a tendência será de tomada de crédito com *mix* entre as taxas controladas e as livres de mercado. O custo médio poderá chegar a 15% ao ano, o que significará uma taxa de juros real de 8,0% ao ano, no final da safra. Com os juros neste nível, o produtor deve evitar tomar crédito a taxa livre e, se possível, optar apenas pelo crédito a juros controlados, com taxa real mais baixa.

Para investimento, será mais fácil para o produtor tomar crédito a juros controlados. Nesse caso, a taxa real do financiamento poderá variar entre 0,9% e 2,8% ao ano, mais adequada à realidade do agronegócio.

O setor sucroalcooleiro observa um significativo aumento no consumo de etanol hidratado (20,1%, em 2014, e 32,6%, nos quatro primeiros meses de 2015). O vigor observado no consumo de etanol advém do aumento da oferta do produto, das alterações no regime do ICMS dos estados de Minas Gerais, Bahia e Paraná – o que beneficiou o uso de etanol hidratado pelo consumidor – e do retorno parcial da Contribuição para Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre a gasolina no nível de R$ 0,22 por litro. No entanto, ainda falta uma política pública que permita a expansão em condições econômicas da produção e do consumo sustentáveis no futuro.

Para a atividade leiteira, há a expectativa de um segundo semestre com ajustes para o mercado interno. Do lado da demanda, a situação econômica do País deve atuar como fator limitante do consumo. Do lado da oferta, o cenário é de produção relativamente elevada. Assim, somado o aumento nos custos de produção, a perspectiva é de queda na rentabilidade do produtor. Em 2014, a pecuária de leite de média e alta tecnologia apresentou uma rentabilidade média de 7,9%, acima da atividade de baixa tecnologia, que registrou prejuízo de 3,8%. Neste ano, a rentabilidade média está estimada em 3,9% para

a atividade de média e alta tecnologia; a atividade de baixo emprego de tecnologia deverá amargar prejuízo de 4,8%.

Com a constante queda no consumo do mercado internacional, o mercado interno se torna a opção mais viável para a citricultura brasileira. Mas, a situação é complicada: de um lado, os compradores internacionais deixaram de demandar do Brasil 75 milhões de caixas de laranja na forma de suco por ano; e, de outro lado, o mercado nacional não avança mais do que as 56 mil toneladas mantidas há alguns anos. Para incentivar o consumo interno, será necessário desonerar o setor, dono da mais alta carga tributária do mundo. Para cada caixa de laranja que se transforma em 20 litros de suco vendido no mercado interno, R$ 40,00 são cobrados em impostos.

Quanto ao conteúdo especial deste mês, dá-se destaque para a agropecuária de Minas Gerais, um estado marcado pela sua "diversidade". Em seu território, quarto maior estado do Brasil, com área um pouco superior à da França, chama a atenção a cobertura vegetal, com quatro biomas: Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata Seca. No *ranking* da produção das cadeias produtivas do agronegócio, está na liderança nas atividades leiteiras e na cafeicultura, dentre outras.

Para terminar, tem-se o artigo sobre a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), que completa dez anos de existência em 2015. Nesse curto espaço de tempo, a entidade ganhou protagonismo no âmbito nacional. Seu surgimento deu-se em função da crise e da descapitalização dos sojicultores em meados da década passada. Depois, vieram o desafio de enfrentar o impasse da insegurança jurídica, com a aprovação do novo Código Florestal em 2012, e a questão da infraestrutura logística do estado. Agora, chegou a hora de discutir o desenvolvimento sustentável das propriedades rurais. ■

